
Macaúbas
Energética S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Macaúbas Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Macaúbas Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Ênfase

Processos investigativos

Conforme descrito na Nota 20, a Companhia, entre outras pessoas físicas e jurídicas relacionadas aos fundos de participação detidos pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e outros fundos de pensão, foi arrolada como parte em uma ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF - ANIPA, cujo objetivo é reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por alegada má administração dos recursos pela FUNCEF, o que, atualmente, vem sendo classificado com avaliação de risco possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Macaúbas Energética S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

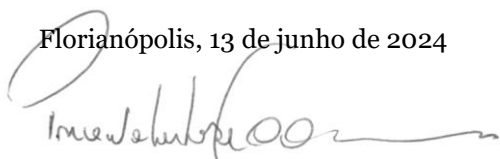
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de junho de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Macaúbas Energética S.A.

Balanços patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo e Patrimônio líquido	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.623	2.864	Fornecedores	13	268	2.340
Contas a receber	8	4.395	2.918	Tributos a recolher	14	416	331
Tributos a recuperar		59	24	Imposto de renda e contribuição social		45	247
Adiantamento a fornecedores		1.852	2.454	Dividendos a pagar	15	5.591	2.962
Outros ativos		125	103	Partes relacionadas	16	5.232	4.297
Total do ativo circulante		8.054	8.363	Outros passivos		8	4
Não circulante				Total do passivo circulante		11.560	10.181
Contas a receber	8	7.338	3.037	Não circulante			
Imobilizado	9	97.863	92.066	Arrendamentos		1.524	620
Intangível	10	120	131	Tributos a recolher	14	268	111
Total do ativo não circulante		105.321	95.234	Provisão para remoção de imobilizado	11	1.421	3.172
				Imposto de renda e contribuição social		377	93
				Total do passivo não circulante		3.590	3.996
				Total do passivo		15.150	14.177
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	73.700	77.700
				Reservas de Lucros	15	24.525	11.720
				Total do patrimônio líquido		98.225	89.420
Total do ativo		113.375	103.597	Total do Passivo e Patrimônio líquido		113.375	103.597

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Macaúbas Energética S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional			
Receita de fornecimento de energia elétrica	17	40.130	34.973
(-) Deduções da receita	17	(1.465)	(1.276)
Receita operacional líquida		38.665	33.697
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	18	(12.373)	(18.159)
Lucro bruto		26.292	15.538
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	18	(2.550)	(2.366)
Outras (despesas) receitas		3	435
		(2.547)	(1.931)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		23.745	13.607
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	19	1.177	469
Despesas financeiras	19	(31)	(398)
		1.146	71
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		24.891	13.678
Imposto de renda e contribuição social	12	(1.348)	(1.207)
Lucro do exercício		23.543	12.471
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)		0,309	0,111

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Macaúbas Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Lucro do exercício		<u>23.543</u>	<u>12.471</u>
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u><u>23.543</u></u>	<u><u>12.471</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Macaúbas Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total de Patrimônio
			Reserva Legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		77.700	2.365	9.356	-	89.420
Lucro do exercício		-	-	-	23.543	23.543
Redução de capital	15	(4.000)	-	-	-	(4.000)
Constituição de reserva legal	15	-	1.177	-	(1.177)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	(5.591)	(5.591)
Dividendos adicionais destinados	15	-	-	(5.148)	-	(5.148)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	16.775	(16.775)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		73.700	3.542	20.983	-	98.225

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Macaúbas Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		24.891	13.678
		<u>24.891</u>	<u>13.678</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	9	1.519	-
Depreciação e amortização	9	6.948	9.870
Juros sobre arrendamento mercantil		-	66
Atualização monetária da provisão para remoção de imobilizado		234	152
		<u>8.701</u>	<u>10.088</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	8	(5.778)	(2.221)
Tributos a recuperar		(35)	(20)
Outras movimentações em ativos		1.064	(2.445)
Fornecedores	13	(1.470)	(2.602)
Tributos a recolher	14	324	210
Remensuração da provisão para remoção de imobilizado		(1.984)	-
Outras movimentações em passivos		5	(217)
		<u>(7.874)</u>	<u>(7.295)</u>
Caixa líquido gerado pelas operações			
		<u>25.718</u>	<u>16.471</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.348)	(1.207)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
		<u>24.370</u>	<u>15.263</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível		(14.253)	(6.075)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento			
		<u>(14.253)</u>	<u>(6.075)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social	15	(4.000)	-
Pagamentos de arrendamentos		(182)	(180)
Pagamentos de dividendos	15	(8.110)	(8.924)
Partes relacionadas a pagar		934	-
Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento			
		<u>(11.358)</u>	<u>(9.104)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(1.241)</u>	<u>84</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	2.864	2.780
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	1.623	2.864
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(1.241)</u>	<u>84</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Macaúbas Energética S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras da companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Macaúbas Energética S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, de direito privado, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina. Constituída em 16 de outubro de 2007, tem por objeto social a construção e exploração comercial do Parque Eólico denominado Macaúbas, com 35,07 MW de potência instalada, localizado no município de Brotas de Macaúbas - BA. O prazo de duração da mesma é indeterminado, conforme consta no estatuto da Companhia. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”). A SKER é Companhia integrante do grupo norueguês Statkraft.

A Central Geradora Eólica Macaúbas, localizada no município de Brotas de Macaúbas - BA, possui 21 aerogeradores e está devidamente licenciada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, por meio da Licença de Operação - LO nº 16.395, com validade até 22 de junho de 2023. A renovação da Licença de Operação (LO) em questão foi solicitada em 09 de janeiro de 2023, conforme o processo nº 2023.001.000193/INEMA/LIC-00193, dentro do prazo legal estabelecido. Embora a LO não tenha um prazo específico de validade, é importante ressaltar que as licenças permanecem válidas, uma vez que o pedido de renovação foi realizado dentro do prazo legal. Esta ação assegura a conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis, garantindo a continuidade das operações sem interrupções.

Em 5 de julho de 2012, por meio do Despacho nº 2.221, a ANEEL autorizou o início da operação comercial da EOL Macaúbas (Macaúbas Energética S.A.), com 35.070 kW de capacidade instalada sendo que a UEE Macaúbas comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER) ocorrido em dezembro de 2009. No total foram vendidos 13,0 MW médios de energia. A energia foi contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos

1.1. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$3.461 (R\$1.571 em 31 de dezembro de 2022). A Administração entende não haver riscos de liquidez, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere a dividendos e redução de capital a pagar aos acionistas, enquanto os ativos circulantes são representados pelo saldo de contas a receber em aberto, levantadas na data destas demonstrações financeiras. A Administração prevê a geração de caixa decorrente da venda de energia conforme contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações, as quais estão correspondem às utilizadas pela Administração na

sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 13 de junho de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia, sendo o real sua moeda funcional e de apresentação. Dessa forma, as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes da venda de energia elétrica no mercado de curto prazo conforme mecanismo estabelecido pela CCEE. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), se aplicável.

2.5. Outros ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos líquidos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8. Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando:

- (i) O grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira a partir do início da operação.

2.10. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do final do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem

relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.12. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- CPC 26 (R1) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes
- CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- CPC 32 – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e

passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das demonstrações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem grau elevado de julgamento e complexidade, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas. Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço. O valor de reconhecimento foi baseado no custo de desmobilização apurado por aerogerador, descontado pela taxa do custo médio de capital atribuída a Companhia e submetido ao percentual de conclusão do andamento físico das obras para o referido período.

b) Vida útil do ativo imobilizado

O Grupo estima a vida útil do ativo imobilizado das usinas hídricas utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da concessão, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da concessão/autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado. Anualmente, o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da SKER, sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliara eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real (R\$) em relação a elas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é oriundo das partes terceiras à Companhia que podem deixar de cumprir suas obrigações para com a mesma, principalmente em relação ao contas a receber. Contudo, a Companhia possui um único contrato de venda de energia de reserva (CER), com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que é uma entidade civil sem fins lucrativos que atua na medição e liquidação financeira dos contratos de compra e venda no mercado de curto prazo, garantindo o fornecimento e modicidade tarifária do mercado brasileiro de energia. Pela característica da parte com qual a Companhia mantém o contrato de venda, a Administração entende que o risco de crédito está mitigado.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando

observamos as características do financiamento contratado. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. O saldo a receber de energia é reconhecido mensalmente, conforme seu fornecimento. A Companhia e o Grupo Statkraft entendem que a própria Companhia irá operacionalmente gerar caixa suficiente para liquidar suas obrigações de curto prazo. Ademais, se necessário, a sua controladora poderá prover recursos financeiros necessários para manutenção das obrigações de curto prazo.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.623	2.864
Contas a receber	11.733	5.955
	<u>13.356</u>	<u>8.819</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	268	2.340
Arrendamentos	1.524	620
Dividendos	5.591	2.962
Outros passivos	8	4
	<u>7.391</u>	<u>5.926</u>

6. GESTÃO DE CAPITAL

	31.12.2023	31.12.2022
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.623)	(2.864)
Total do patrimônio líquido	<u>98.225</u>	<u>89.420</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	-	-

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Contas bancárias em moeda funcional	3	4
Aplicações financeiras com liquidez imediata	1.620	2.860
	<u>1.623</u>	<u>2.864</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e são remunerados a taxa média de 99,00% em dezembro de 2023 e 2022 do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

8. CONTAS A RECEBER

	31.12.2023	31.12.2022
(i) Fornecimento de energia elétrica	-	2.842
(ii) Geração excedente aos contratos CER	11.733	3.037
(iii) Contas a receber partes relacionadas	-	76
Total de contas a receber	11.733	5.955
Apresentadas como:		
Ativo Circulante	4.395	2.918
Ativo não circulante	7.338	3.037

- (i) Representa a energia contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE como energia reserva por um prazo de 20 anos;
- (ii) Saldos exclusivamente referentes à geração de energia excedente ao montante contratado pelo contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE. O valor até 130% do limite contratado é recebido ao final de cada quadriênio contratual, e o excedente acima de 130%, recebido ao final da apuração de cada ano contratual, em 12 meses;
- (iii) Composto pelo saldo de compartilhamento de custos entre as empresas do grupo.

9. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrado a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	31.12.2023			31.12.2022			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	6,81%	300	(126)	174	300	(106)	194
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	5,01%	363	(148)	215	363	(129)	234
Máquinas e Equipamentos	5,32%	1007	(154)	853	1007	(86)	921
Linhas de transmissão	5,31%	2015	(844)	1.171	2015	(737)	1278
Aerogeradores	5,70%	163.607	(91.561)	72.046	166.078	(85.974)	80.104
Outros ativos	5,63%	553	(258)	295	553	(233)	320
Imobilizado em curso	0,00%	21.471	-	21.471	8.304	-	8.304
Arrendamentos	6,25%	1.931	(293)	1.638	850	(139)	711
		191.247	(93.384)	97.863	179.470	(87.404)	92.066

	Terrenos	Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamentos	Total
Saldo em 01.01.2022	215	252	45	1.385	86.090	707	6.354	686	95.734
Adições	-	-	-	-	-	-	6.075	-	6.075
Transferências	(1)	-	930	-	3.479	(361)	(4.041)	78	84
Depreciação	-	-	-	-	-	-	(84)	-	(84)
Baixas	(20)	(18)	(54)	(107)	(9.465)	(26)	-	(53)	(9.743)
Saldo em 31.12.2022	194	234	921	1.278	80.104	320	8.304	711	92.066
Adições	-	-	-	-	-	-	14.169	-	14.169
Transferências	-	(1)	1	-	(7)	-	(1.002)	1.009	-
Depreciação	(20)	(18)	(69)	(107)	(6.532)	(25)	-	(82)	(6.853)
Baixas	-	-	-	-	(1.519)	-	-	-	(1.519)
Saldo em 31.12.2023	174	215	853	1.171	72.046	295	21.471	1.638	97.863

10. INTANGIVEL

	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Amortização acumulada	31.12.2023		31.12.2022	
				Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares	20%	813	(693)	120	729	(598)	131
Outros Intangíveis		14	(14)	-	14	(14)	-
		827	(707)	120	743	(612)	131

	Softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	131	131
Transferências	84	84
Amortização	(95)	(95)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	120	120

11. PROVISÃO PARA REMOÇÃO DE IMOBILIZADO

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios entende que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original. Conforme avaliação realizada em setembro de 2017, os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas que se basearam nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

O custo de desmobilização foi reconhecido como ativo imobilizado na Companhia na data da avaliação e remensurado posteriormente em R\$674 através da atualização de algumas premissas. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da provisão é de R\$ 1.421 (R\$ 3.172 em 31 de dezembro de 2022).

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de Renda		
Base de cálculo presumido	31.756	32.974
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%
IRPJ no resultado	2.540	2.638
Outras receitas	636	465

Base de Cálculo	3.177	3.103
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%
Total	(794)	(776)
Outros efeitos em tributos	24	91
Dedução adicional IRPJ	(178)	(104)
IRPJ no resultado	(948)	(789)

Contribuição Social	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo presumido	31.756	32.974
Presunção do lucro tributável - %	12%	12%
CSLL no resultado	3.811	3.957
Outras receitas	636	465
Base de Cálculo	4.447	4.422
Alíquotas aplicáveis - %	9%	9%
Total	(400)	(398)
Outros efeitos em tributos	-	84
Dedução adicional IRPJ	-	(104)
CSLL no resultado	(400)	(418)

13. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de materiais e serviços	268	2.340
	268	2.340
Apresentadas como:		
Passivo Circulante	268	2.340

14. TRIBUTOS A RECOLHER

	31.12.2023	31.12.2022
COFINS a recolher	364	192
CSRF a recolher	17	122
ICMS a recolher	8	54
Impostos sobre importação a recolher	202	-
INSS a recolher	11	4
		15

IRPF a recolher	3	3
ISS a recolher	-	26
PIS a recolher	79	41
	<hr/>	<hr/>
	684	442
	<hr/>	<hr/>

Apresentados como:		
Passivo circulante	416	331
Passivo não circulante	268	111

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social está representado pelo montante de R\$ 73.700 e por 73.700.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, (77.700.000 de ações em 31 de dezembro de 2022), detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

Em 20 de março de 2023 a Companhia reduziu seu capital em R\$4.000, onde o montante foi convertido em caixa para sua acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	23.543	12.471
Constituição da reserva legal	(1.177)	(624)

Base de cálculo	22.366	11.847
Dividendo mínimo estatutário	25%	25%
Dividendos propostos	5.591	2.962
Dividendos adicionais	5.148	6.584
Total da distribuição de dividendos	10.739	9.546
nº de ações	73.700	77.700
Dividendos propostos por ação - em R\$	0,1457	0,1229

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta “Dividendos a pagar” pode ser assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2022	2.340
Dividendos adicionais aprovados	6.584
Dividendos mínimos obrigatórios	2.962
Pagamento realizados	(8.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.962
Dividendos adicionais aprovados	5.148
Dividendos mínimos obrigatórios	5.591
Pagamento realizados	(8.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.591

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém os seguintes contratos firmados com partes relacionadas para operação da UEE:

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	-	76
	-	76
	31.12.2023	31.12.2022
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (i)	4.831	4.297
Statkraft AS (ii)	343	-
Statkraft Energi AS (ii)	58	-
	5.232	4.297
	31.12.2023	31.12.2022
Custo na compra de estoque		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (v)	(7.928)	(152)
	(7.928)	(152)
	31.12.2023	31.12.2022
Custo na compra de energia elétrica		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iii)	(2.466)	(2.965)
	(2.466)	(2.965)

	31.12.2023	31.12.2022
Despesas gerais e administrativas:		
Statkraft Energias Renováveis S.A. (iv)	(96)	(127)
	<u>(96)</u>	<u>(127)</u>

(i) Serviços de gerenciamento das atividades de operação e compartilhamento de custos administrativos, firmados com a Statkraft Energias Renováveis S.A.;

(ii) Serviços de operação e manutenção firmado com as empresas do grupo.

(iii) Compra de energia elétrica

(iv) Serviços compartilhados

(v) Compra de estoques

17. RECEITA LÍQUIDA

	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional		
Receita de fornecimento de energia elétrica		
Ambiente de Contratação Livre	40.130	34.973
	<u>40.130</u>	<u>34.973</u>
(-) Deduções da receita		
PIS	(261)	(227)
COFINS	(1.204)	(1.049)
	<u>(1.465)</u>	<u>(1.276)</u>
Receita operacional líquida	<u>38.665</u>	<u>33.697</u>

18. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos no fornecimento de energia

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(20)	(16)
Encargos setoriais	(2.044)	(1.778)
Serviços tomados de partes relacionadas	(2.466)	(2.965)
Depreciação e amortização	(6.949)	(9.870)
Seguros fianças e comissões	(486)	(440)
Serviços de terceiros	(408)	(3.090)
	<u>(12.373)</u>	<u>(18.159)</u>

b) Gerais e administrativas

	31.12.2023	31.12.2022
Salários e encargos sociais	(2)	-
Encargos setoriais	(131)	(128)
Impostos e taxas	(639)	(74)
Outros	(371)	(212)
Serviços de terceiros	(1.153)	(1.421)
Propaganda e publicidade	-	(3)
Viagens e estadias	(124)	(329)
Estudos em desenvolvimento	(1)	-
Serviços de partes relacionadas	(96)	(127)
Aluguel	(33)	(72)
	<u>(2.550)</u>	<u>(2.366)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.177	469
	<u>1.177</u>	<u>469</u>
Despesas financeiras		
Financiamentos	-	(66)
Outras despesas financeiras	(11)	(320)
Variação cambial passiva	(8)	-
IOF, multas e juros sobre tributos	(12)	(12)
	<u>(31)</u>	<u>(398)</u>
Resultado financeiro	<u>1.146</u>	<u>71</u>

20. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa. A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis ou possíveis para fins de provisão ou divulgação nos exercícios de 2023 e 2022.

Processos investigativos

Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da sua controlada em conjunto SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante ela foi informado às autoridades competentes durante o exercício de 2016.

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

Resultado por ação	31.12.2023	31.12.2022
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	23.543	12.471
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	73.700	50.451
Lucro por ação	0,31944	0,24719

22. OUTROS RISCOS

a) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

b) Risco da não entrega da energia contratada

É o risco de que a Companhia não entregue 100% da energia contratada em cada quadriênio. O contrato de venda de energia estabelecido entre a Companhia e a CCEE prevê entrega mínima anual de 90% da energia contratada para que não haja penalidade de 15% entre a diferença do volume entregue e o limite mínimo anual. Caso a não consiga em quadriênios entregar 100% do volume contratado, a diferença não entregue poderá ser compensada por meio de contrato de cessão com outro empreendimento eólico que tenha contrato estabelecido no mesmo leilão que a Companhia. Contudo, caso não seja possível essa negociação, a diferença negativa deverá ser ressarcida em 12 parcelas mensais a partir do quadriênio subsequente, sempre valorados à preço vigente do contrato.

23. SEGUROS – NÃO AUDITADO

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 01 de abril de 2024 a 31 de março de 2025, as quais abrangem as operações da Companhia.